



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DO DESEMBARGADOR

10  
07

7ª CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DECLARATÓRIOS Nº 0186372-1/01

Embargante: INSTITUTO DE RECURSOS HUMANOS DE PERNAMBUCO

Procurador: Dr. Luciana Grassano de Gouvêa Melo

Embargado: Rodrigo Carvalho Mangabeira de Araújo

Advogado: Dr. Djalma de Melo Câmara

Relator: Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos

R  
5530

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. CONCURSO PÚBLICO. MANDADO DE SEGURANÇA. OMISSÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ACOLHIMENTO. DECISÃO UNÂNIME.

1 - Reflete-se a omissão na decisão embargada.

2 - Embargos acolhidos. Para suprir a omissão constante da decisão em lume, no sentido de explicitar na ementa do acórdão que a segurança foi denegada.

4 - Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração nº 0186372-1/01, sendo embargante o Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco e embargado Rodrigo Carvalho Mangabeira de Araújo.

Acordam os Desembargadores que integram a 7ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade, para acolher os embargos declaratórios, conforme relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado. Participaram da sessão os Desembargadores João Bosco Gouveia de Melo, Fernando Cerqueira Norberto dos Santos e o Juiz Convocado Dr. Carlos Frederico Gonçalves Moraes.

Recife, 26 de janeiro de 2010.

DES. FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DO DESEMBARGADOR

11  
08

7ª CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DECLARATÓRIOS Nº 0186372-1/01

Embargante: INSTITUTO DE RECURSOS HUMANOS DE PERNAMBUCO

Procurador: Dr. Luciana Grassano de Gouvêa Melo

Embargado: Rodrigo Carvalho Mangabeira de Araújo

Advogado: Dr. Djalma de Melo Câmara

Relator: Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração manejados em face de acórdão proferido nos autos da Apelação Cível em Mandado de segurança nº 0186372-1, em apenso, que deu provimento ao recurso, afastando o fundamento da sentença recorrida que extinguiu o processo sem julgamento do mérito e apreciando o mérito denegou a segurança.

Requer o embargante que sejam acolhidos os declaratórios, de modo que fique explicitado na ementa do acórdão que a segurança foi denegada.

É o relatório.

Recife,

26/01/2020

DES. FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DO DESEMBARGADOR

12  
09

7ª CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DECLARATÓRIOS Nº 0186372-1/01

Embargante: INSTITUTO DE RECURSOS HUMANOS DE PERNAMBUCO

Procurador: Dr. Luciana Grassano de Gouvêa Melo

Embargado: Rodrigo Carvalho Mangabeira de Araújo

Advogado: Dr. Djalma de Melo Câmara

Relator: Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos

VOTO

Examinados e atendidos os requisitos de admissibilidade, passo a conhecer da postulação veiculada no sucedâneo, a qual se cinge à integração da decisão, de modo a complementá-la no aspecto relacionado à denegação do andamento de segurança.

Reconheço, de fato, a omissão da decisão no ponto específico destacado pela parte embargante, em face do que cuido em sanar o vício apontado, manifestando-me expressamente sobre o quesito gizado, reparando a decisão de forma a abranger integralmente a matéria debatida nos autos.

Posto isso, voto no sentido de ACOLHER OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, para suprir a omissão constante da decisão em lume, no sentido de explicitar na ementa do acórdão que a segurança foi denegada.

Recife,

26/01/2010

DES. FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS  
Relator